

27 ABR 1997

Novos horizontes

CORREIO BRAZILIENSE

A lenta adaptação da economia brasileira ao processo internacional e globalizado de produção está exigindo respostas mais rápidas do Congresso Nacional. As empresas de comunicação continuam protegidas por dispositivo constitucional que as impede de receber investimentos externos e, por essa razão, realizar um indispensável reaparelhamento tecnológico.

O processo de globalização caminha a passos largos em todo o mundo. É preciso estar atento às rápidas e profundas modificações que estão ocorrendo na estrutura produtiva das empresas. Uma vez que não existem mais barreiras ideológicas, que impediam o livre trânsito dos capitais, os investidores dispõem, agora, de um vastíssimo campo para realizar suas inversões. Está em curso, na verdade, uma competição entre países e regiões na tentativa de atrair investidores.

O consumidor brasileiro passou a conviver, nos últimos anos, com produtos de maior qualidade, menor preço, melhor tecnologia, em todos os setores, em todas as áreas. No caso das telecomunicações, as modificações têm sido velocíssimas. O progresso nesse segmento ocorre aos saltos. O Brasil, que há alguns anos praticamente desconhecia a Internet, vai chegar ao final do milênio com mais de três milhões de computadores ligados à rede mundial. Isso significa a necessidade de investimentos na melhoria e no alcance ampliado das possibilidades técnicas colocadas à disposição dos nacionais.

O Congresso Nacional está diante de uma excelente oportunidade para abrir as portas

do setor de telecomunicações ao capital estrangeiro, se aprovar a emenda constitucional do deputado Aloysio Nunes Ferreira (PMDB-SP). Esse texto permite a participação de pessoas jurídicas e investidores estrangeiros nas empresas de comunicação, iniciativa atualmente proibida pelo rigor do artigo 222 da Constituição Federal. A abertura, no setor, tornará as empresas mais competitivas e capazes de satisfazer a um público que está se sofisticando também em grande velocidade.

Todas as barreiras, na economia, são hoje superficiais. Elas serão superadas pela ação natural de investidores e dos governos. A questão é o tempo, é o prazo. Quanto mais cedo ocorrer a abertura, melhor será para o consumidor e para as empresas. Melhor, também, será para os governos que se vão desonerar de encargos pesados, que poderão ser reorientados para atividades típicas da função pública, como investimento em hospitais, escolas e infra-estrutura.

No mundo das infovias, restringir a perspectiva de associação tecnológica entre jornais e tvs em diferentes países equivale a inviabilizar o negócio com alegações ideológicas do tempo da guerra fria. Não há empresa que consiga, atualmente, apropriar-se sozinha das inovações que caminham em ritmo elevadíssimo. Os investimentos são pesados e, além disso, inadiáveis. A emenda constitucional apresentada pelo deputado Aloysio Nunes Ferreira abre uma janela no sistema brasileiro de telecomunicações para um efetivo diálogo com as principais empresas do setor em todo o mundo.